

Handwritten signature or initials in blue ink.

mads Auto

CONSULTORES DE SEGUROS E RISCO

RELATÓRIO & CONTAS 2014

Be Insured.

Exmos. Senhores Accionistas,
No cumprimento das disposições legais e estatutárias,
submetemos à apreciação de V.Exas.
o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2014

1. A MDS Auto

O objectivo estratégico da sociedade mantém-se inalterado: dotar a MDS Auto das características e volume que lhe permitam ser considerado um dos *brokers* de referência no sector automóvel em Portugal alavancando quer nas suas competência próprias quer no suporte que os seus acionistas que lhe podem proporcionar.



Sem estar imune ao contexto – ao longo do ano a evolução do sector automóvel foi melhorando – o ano de 2014 fica marcado pela procura de soluções que permitam a captação de novos clientes através da criação de protocolos de venda de seguros a clientes em novos parceiros e um esforço adicional nas parcerias já existentes.

2. Enquadramento Macroeconómico

2.1. Mundo

A **economia mundial** cresceu 3,3%¹ em 2014, significativamente abaixo do ritmo de expansão médio registado antes da crise (4,3%)². As previsões de crescimento foram sendo sucessivamente revistas em baixa ao longo do ano, recordando que muitos dos desequilíbrios que conduziram à crise de 2008/2009 ainda não estão completamente resolvidos no plano global.

Na **zona euro**, a economia continuou anémica (0,8%), afetada negativamente pela continuação dos processos de ajustamento em vários países e pela incerteza que continua a limitar o investimento, a

¹ Taxa de crescimento real;

² Taxa de crescimento média de 2000 a 2008;

Relatório de Gestão

par do aumento das tensões geopolíticas com a Rússia. Em particular, o crescimento na Alemanha, França e Itália foi frágil, enquanto na periferia, nomeadamente Irlanda, Espanha, Portugal e Grécia, a retoma foi ganhando força à medida que os meses passavam.

A atividade económica nos **EUA** voltou a crescer confortavelmente acima da barreira dos 2%, à medida que a procura interna se expandiu, arrastada pelo consumo privado (2,5%), que continua a beneficiar da forte criação de emprego que fez cair a taxa de desemprego para níveis próximos do pleno emprego (6,2%). A economia americana continua a surpreender positivamente num contexto em que os principais desequilíbrios que conduziram o país à crise financeira se vão diluindo.

Nas **economias emergentes**, o crescimento manteve-se forte (4,4%), ainda que dececionante face à década passada (6,5%), com divergências muito acentuadas entre países. Destacaram-se pela negativa, ainda que por motivos distintos, a África do Sul, a Rússia e o Brasil, e mesmo a China, que tem sido um dos países que mais contribui para o crescimento mundial, voltou a desacelerar, estabilizando em torno dos 7%.

2.2. Portugal

Em **Portugal**, o ano ficou inevitavelmente marcado pela conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a Troika em 2011. Durante o período de execução, registaram-se assinaláveis progressos na correção dos problemas que afetavam a economia e foram implementadas importantes reformas estruturais em diversas áreas.

Estes desenvolvimentos permitiram à economia voltar a crescer e fortalecer a credibilidade do país junto dos mercados financeiros internacionais.

A procura doméstica foi efetivamente o motor da economia no ano transato, com o consumo privado (2,1%) a liderar a retoma e o investimento a inverter a tendência decrescente dos últimos anos. O consumo das famílias foi, aliás, a rúbrica que mais contribuiu para o crescimento do PIB, suportado por melhorias significativas no mercado de trabalho, pelo aumento da confiança das famílias. Os consumidores privilegiaram a reposição de bens duradouros (16%)³, nomeadamente automóveis (34,8%)⁴, que tinham sofrido os maiores cortes durante o ajustamento, enquanto que o consumo de bens alimentares caiu (-0,1%) em termos reais.

³ Crescimento real acumulado no ano de 2014 até ao 3º trimestre;

⁴ Veículos ligeiros de passageiros

Relatório de Gestão

Be Insured.

O contributo negativo da procura externa explica-se, por um lado, por um comportamento algo decepcionante das exportações (3,8%), para o qual contribuiu de forma relevante o encerramento temporário da refinaria de Sines, por outro, as importações registaram um aumento acima do esperado (5,9%), refletindo a retoma mais acentuada da procura interna.

3. Evolução do Mercado Segurador

De acordo com os dados divulgados pelo ISP, o sector segurador alcançou um volume de receitas da ordem dos 13,5 mil milhões de euros, cerca de 10,1% acima do valor de 2013.

Estes resultados devem-se à produção do ramo Vida que registou um crescimento de 13,8% em 2014, ascendendo a 10,3 mil milhões de euros enquanto que no ramo Não Vida o volume de receitas diminuiu ligeiramente em cerca de 0,1%, apresentando um valor de 3,3 mil milhões de euros.

Particularmente acentuadas foram as quedas no ramo Automóvel com menos 1,7%, devido à conjuntura macroeconómica, mas também à pressão concorrencial entre os operadores que tem condicionado as tarifas e os prémios médios. De notar que de 2012 para 2013 a queda do ramo Automóvel se tinha cifrado em 7,4% pelo que 2014 representa uma queda no ritmo de perda que se vinha a verificar. O segmento Automóvel representou em 2014 37,6% do total da produção do ramo Não Vida.

Em contraste, os seguros do ramo Doença e Acidentes de Trabalho tiveram uma evolução positiva com um crescimento em 2014 de 2,8% e 1,2% respectivamente.

4. Desempenho Operacional

A MDS Auto continuou em 2014 a apresentar uma carteira diversificada entre o segmento auto e o segmento não auto, mas cuja exposição ao sector automóvel continua a ser cada vez mais elevada, fruto do objectivo estratégico definido para a empresa.

Num contexto económico e concorrencial altamente desfavorável, a MDS Auto atingiu um volume de negócios de 1,8 milhões de Euros, o que representa um decréscimo de 5% face a 2013 cuja explicação reside, fundamentalmente, na redução do prémio médio das apólices com a consequente redução na comissão recebida pela empresa.

O EBITDA ascendeu a 339 mil euros (mais 105 mil euros do que em 2013), tendo a margem EBITDA subido de 12,3% em 2013 para 18,7% em 2014. A diminuição dos FSE's em cerca de 91 mil euros

Relatório de Gestão

e o crescimento dos outros proveitos/custos operacionais em 92 mil euros, mais do que compensaram o efeito da perda de receita.

Como resumo, apresentam-se de seguida os principais indicadores da empresa:

valores em euros	2014		2013	
Volume de Negócios	1.808.750	100,0%	1.904.107	100,0%
Custos operacionais	1.469.954	81,3%	1.670.279	87,7%
FSE´s	1.057.859	58,5%	1.148.896	60,3%
Custos com Pessoal	496.483	27,4%	514.049	27,0%
Outros (proveito)/custos operacionais	-84.388	-4,7%	7.334	0,4%
EBITDA	338.796	18,7%	233.828	12,3%
Amortizações	28.239	1,6%	31.121	1,6%
Resultados Financeiros	6.340	0,4%	12.335	0,6%
Imposto sobre o rendimento	79.907	4,4%	60.094	3,2%
Resultado Líquido	236.989	13,1%	154.948	8,1%
Fluxo de caixa operacional	-210.227		454.128	
Autonomia Financeira	74%		64%	

5. Política de gestão de risco

A política da MDS Auto, em matéria de gestão de riscos financeiros e políticas de cobertura insere-se na política integrada de gestão de risco do Grupo MDS definida no âmbito do planeamento estratégico do Grupo de gestão eficiente e equilibrada dos diversos riscos a que se encontra exposta e cuja explanação se encontra descrita nas demonstrações financeiras consolidadas da MDS SGPS, S.A.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

No exercício de 2014, a MDS Auto obteve um resultado líquido de 236.988,70 euros (duzentos e trinta e seis mil novecentos e oitenta e oito euros e setenta cêntimos), o qual propõe que seja aplicado da seguinte forma:

- Dividendos:	230.000,00
- Outras Reservas	6.988,70

	236.988,70
	=====

7. Perspectivas 2015

O próximo ano deverá consolidar a tendência de crescimento da economia portuguesa, ainda que a ritmo moderado (1,6%), num contexto em que persistem vulnerabilidades internas como o elevado nível de endividamento público e privado e a economia europeia teima em não arrancar. Neste contexto, o consumo privado deverá continuar a ser o principal motor da economia (1,8%), beneficiando do aumento do rendimento disponível das famílias, por via de algum alívio fiscal, do aumento do rendimento para pensionistas e do aumento dos salários, embora a diminuição do desemprego se deva tornar mais contida.

Assim, o principal objectivo em 2015 é a manutenção e reforço como centro de excelência na concepção, desenvolvimento e dinamização de soluções de seguros associados ao setor automóvel. Estar na vanguarda da criação de soluções inovadoras e geradoras de valor, que clientes e parceiros reconheçam, aumentando desta forma a notoriedade da marca MDS Auto. Afirmar-se como referência do mercado para o segmento automóvel é outro dos objectivos.

8. Considerações Finais

Uma palavra de apreço e consideração para todos aqueles que têm contribuído para o progresso da MDS Auto, em especial, aos clientes, que nos convidam a inovar e a criar um serviço cada vez mais adequado ao mercado permitindo assim o crescimento e o reconhecimento desejado, aos colaboradores pelo seu empenho pessoal e profissional, aos accionistas pela confiança e contributo para este projecto e à Assembleia Geral e ao Fiscal único pela disponibilidade sempre demonstrada e


Relatório de Gestão

Be Insured.

a todos aqueles que das mais diversas formas se relacionaram e contribuíram para o progresso da MDS Auto.

Porto, 30 de Abril de 2015


O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)



(José Reis da Silva Ramos)



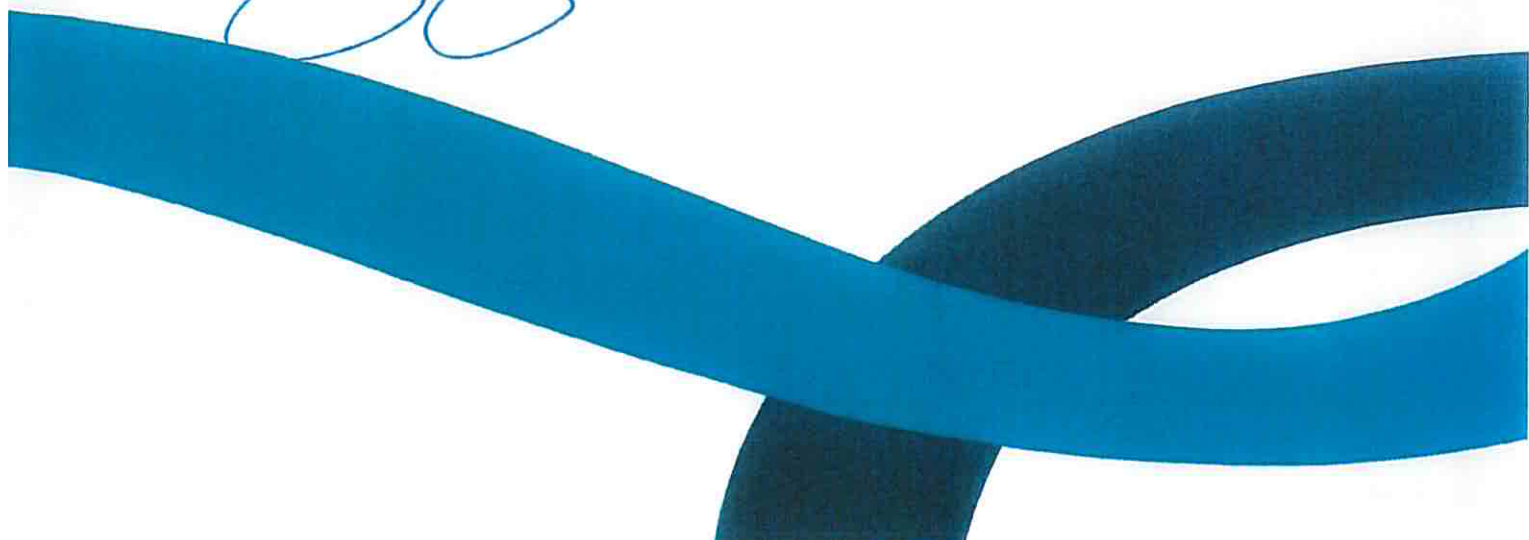
(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

Sede: Avenida da Boavista, 1277/81 - 1º - 4100-130 Porto

Capital Social 500.000 euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia sob o número único de matrícula e identificação 500 336 792

Relatório e Contas

31 de Dezembro de 2014

f
FR
B
JL
MM

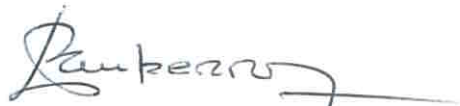
DECLARAÇÃO

Nos termos do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da Empresa, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art. 448º. do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que:

- a MDS SGPS, S.A. possui 250.050 ações, representativas de 50,01% do capital social;
- a Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. possui 249.950 ações, representativas de 49,99% do capital social.

O Conselho de Administração,



(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)



(José Reis Silva Ramos)



(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em euros)

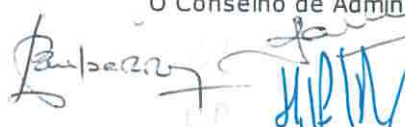
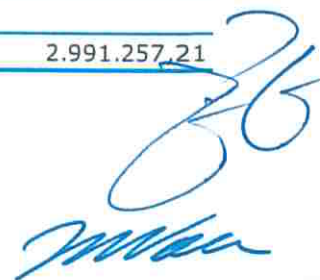
ACTIVO	Notas	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
ACTIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	5	6.680,22	10.684,29
Propriedades Investimentos	6	960.205,78	1.001.734,73
Total de activos não correntes		966.886,00	1.012.419,02
ACTIVO CORRENTE:			
Clientes	7	119.304,56	45.441,26
Estado e outros entes públicos	13		
Outras dívidas de terceiros	8	357.650,10	365.483,67
Diferimentos	9	5.925,29	7.410,33
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.071.451,37	1.560.502,93
Total de activos correntes		1.554.331,32	1.978.838,19
TOTAL DO ACTIVO		2.521.217,32	2.991.257,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social		500.000,00	500.000,00
Reservas Legais		128.483,89	128.483,89
Outras Reservas		736.125,92	881.178,16
Excedentes de revalorização		263.097,88	263.097,88
Resultado líquido do exercício		236.988,70	154.947,76
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	10	1.864.696,39	1.927.707,69
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	11	7.471,00	9.464,00
Total de passivos não correntes		7.471,00	9.464,00
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	102.107,13	29.419,17
Estado e outros entes públicos	13	42.069,35	24.801,90
Outras Dívidas a Terceiros	14	504.873,45	999.864,45
Provisões	19		0,00
Total de passivos correntes		649.049,93	1.054.085,52
TOTAL DO PASSIVO		656.520,93	1.063.549,52
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.521.217,32	2.991.257,21

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Lúcia Santos

O Conselho de Administração

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
E 2013

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Vendas e prestações de serviços	16 e 25	1.808.749,70	1.904.107,24
Fornecimentos e serviços externos	17 e 25	-1.057.859,21	-1.148.896,13
Gastos com o pessoal	18	-496.482,74	-514.049,08
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	19		
Outros rendimentos e ganhos	20	200.179,85	44.676,06
Outros gastos e perdas	21	-115.791,62	-52.010,39
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		338.795,98	233.827,70
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-28.239,46	-31.120,71
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		310.556,52	202.706,99
Juros e rendimentos similares obtidos	21	6.622,74	12.524,94
Juros e gastos similares suportados	22	-283,07	-190,38
Resultado antes de impostos		316.896,19	215.041,55
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	-79.907,49	-60.093,79
Resultado líquido do exercício		236.988,70	154.947,76
Resultados por acção básico		0,47	0,31

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Luís dos Santos

O Conselho de Administração

Luís dos Santos
Maria
Paulo
Helena
João

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado Líquido	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2013		500.000,00	0,00	128.483,89	733.491,47	0,00	263.097,88	147.686,69	1.772.759,93
Alterações no período									
Aplicação do resultado líquido do exercício	2	0,00	0,00	0,00	147.686,69	0,00	0,00	-147.686,69	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	3	0,00	0,00	0,00	147.686,69	0,00	0,00	-147.686,69	0,00
Resultado líquido do exercício	4=2+3							154.947,76	154.947,76
Resultado integral									154.947,76
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	=1+2+3+5	500.000,00	0,00	128.483,89	881.178,16	0,00	263.097,88	154.947,76	1.927.707,69
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	1	500.000,00	0,00	128.483,89	881.178,16	0,00	263.097,88	154.947,76	1.927.707,69
Alterações no período									
Aplicação do resultado líquido do exercício		0,00	0,00	0,00	154.947,76			-154.947,76	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	0,00	0,00	0,00	-300.000,00	0,00	0,00	0,00	-300.000,00
Resultado líquido do exercício	3	0,00	0,00	0,00	-145.052,24	0,00	0,00	-154.947,76	-300.000,00
Resultado integral	4=2+3							236.988,70	236.988,70
Operações com detentores de capital no período									
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	=1+2+3+5	500.000,00	0,00	128.483,89	736.125,92	0,00	263.097,88	236.988,70	1.864.696,39

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Luís Carlos Santos

O Conselho de Administração

Luís Carlos Santos
5

Luís Carlos Santos

MDS Auto - Mediação de Seguros, SA

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.723.181,00	1.856.035,54
Pagamentos a fornecedores		-1.335.391,00	-969.667,59
Pagamentos ao pessoal		-502.679,00	-521.996,23
Caixa gerada pelas operações		-114.889,00	364.371,72
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-65.245,00	-46.026,53
Outros recebimentos / pagamentos		-30.093,00	135.782,00
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-210.227,00	454.127,19
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-7.084,00	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		21.920,00	2.000,00
Juros e rendimentos similares		6.622,74	12.524,93
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		21.458,74	14.524,93
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-283,00	-197,92
Dividendos		-300.000,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-300.283,00	-197,92
Varição de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		-489.051,26	468.454,20
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.560.502,93	1.092.048,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.071.451,67	1.560.502,93

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

Luís Carlos Santos

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures of the Board of Directors]

MDS Auto – Mediação de Seguros, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A MDS Auto – Mediação de Seguros, SA (“Empresa”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 1975, tem a sua sede na avenida da Boavista nº 1277/88, tendo por atividade principal mediação de seguros, designadamente na área automóvel.

A Empresa pertence ao grupo MDS, SGPS, SA, com sede no Lugar do Espido – Via Norte, 4470-177 Maia, sendo as suas demonstrações financeiras integradas no exercício de consolidação daquela Empresa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 2014.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Principais políticas contabilísticas

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

3.2.2 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

Esta classificação é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.3 Imparidade de ativos fixos tangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os

Cratos

fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.2.4 Propriedades de Investimento

As Propriedades de investimento são apresentados ao custo de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, em duodécimos pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados, gastos/reversões de depreciação e de amortização. As taxas de depreciação anual mais importantes são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 8

As perdas por imparidade detetadas no valor de realização das Propriedades de Investimento são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis da demonstração dos resultados.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

Em resultado de todas as avaliações internas que cuidadosamente a Empresa levou a efeito aos demais imóveis e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes em 2014 e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Exma. Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor destes imóveis em 2014, acreditando por isso serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em fins de 2013.

CR. 105
FM
B

3.2.5 Instrumentos financeiros

3.2.5.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em dívidas a receber, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. Estas rubricas, quando correntes, não incluem juros por não se considerar material o impacto do desconto.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

3.2.5.2 Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos da empresa após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custo de custos suportados com a sua emissão.

3.2.5.3 Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.5.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, que podem ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de financiamentos obtidos, no balanço.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

3.2.5.5 Ativos / passivos financeiros relacionados com contratos de seguros e atividade de corretagem

Os corretores de seguros atuam como agentes na colocação de riscos seguráveis dos seus clientes junto das seguradoras pelo que não são responsáveis enquanto parte principal nas transações efectuadas. Consequentemente, e para além do registo de comissões ou fees com as transações, nenhum registo contabilístico é efetuado até ao efetivo recebimento dos prémios de seguro ou indemnizações, altura em que são registados os correspondentes passivos em favor do cliente ou da empresa seguradora. Em determinadas circunstâncias, a Empresa adianta as indemnizações aos clientes por conta das seguradoras, situação em que tais montantes ficam reconhecidos como Clientes e Outras dívidas de terceiros.

3.2.5.6 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.2.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base no resultado tributável da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor em Portugal.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.2.8 Rédito e especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

A Empresa procede ao registo de comissões geradas com a atividade de mediação de seguros no momento em que o tomador do seguro procede ao pagamento do respetivo prémio.

Relativamente aos prémios recebidos pela Empresa, não é efetuado qualquer movimento contabilístico até ao momento do efetivo recebimento pela Empresa do prémio, momento em que a Empresa assume a obrigação da entrega do montante do prémio líquido da comissão à Companhia de Seguros respetiva.

Nas situações em que o prémio é liquidado junto da Companhia de Seguros, a Empresa procede ao registo da comissão no momento em que é informada do pagamento do prémio por parte do tomador à Companhia de Seguros.

Nas situações em que a Empresa tem direito ao recebimento de comissões adicionais em função da sinistralidade da carteira no exercício, são consideradas as melhores estimativas dos montantes a receber com base na informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Nas rubricas de outras contas a receber e outras contas a pagar são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros.

Na rubrica do activo e passivo diferimentos estão incluídos os gastos e os rendimentos que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.3 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de imparidades ao valor do ativo;

As estimativas são determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4.

3.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras, se materiais. Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. O caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 detalha-se conforme se segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Numerário	71,71	95,18
Depósitos bancários	1.071.379,66	1.560.407,75
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	1.071.451,37	1.560.502,93
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	1.071.451,37	1.560.502,93

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

Activo bruto	Terrenos	Eifícios e outras construções	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	Total
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013	182.765,03	786.370,59	116.939,86	278.885,72	20.466,67	1.385.427,87
Aumentos	0,00	0,00		7.084,80	0,00	7.084,80
Diminuições			-21.002,77		0,00	-21.002,77
Transferências / abates	-182.765,03	-786.370,59	0,00	0,00	0,00	-969.135,62
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	0,00	0,00	95.937,09	285.970,52	20.466,67	402.374,28
Aumentos	0,00	0,00	0,00			0,00
Diminuições				-101.009,23	0,00	-101.009,23
Transferências / abates			0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	0,00	0,00	95.937,09	184.961,29	20.466,67	301.365,05
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013		328.501,04	95.937,09	274.399,85	15.133,14	713.971,12
Aumentos	0,00	16.969,27		5.206,87	1.013,04	23.189,18
Diminuições	0,00				0,00	0,00
Transferências / abates	0,00	-345.470,31	0,00	0,00	0,00	-345.470,31
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	0,00	0,00	95.937,09	279.606,72	16.146,18	391.689,99
Aumentos	0,00			2.940,80	864,07	3.804,87
Diminuições	0,00			-100.810,03	0,00	-100.810,03
Transferências / abates	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	0,00	0,00	95.937,09	181.737,49	17.010,25	294.684,83
Valor líquido						
A 31 de Dezembro de 2013	0,00	0,00	0,00	6.363,80	4.320,49	10.684,29
A 31 de Dezembro de 2014	0,00	0,00	0,00	3.223,80	3.456,42	6.680,22

6 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de "propriedades de investimento" corresponde aos ativos imobiliários arrendados (Campo Grande) e disponíveis para arrendamentos (Campo Alegre e Julio Dinis) com vista a gerar rendimentos para a sociedade.

Propriedades de Investimento	Eifícios e outras construções		Total
	Terrenos		
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013	132.192,12	396.576,37	528.768,49
Aumentos	0,00	0,00	0,00
Diminuições			0,00
Transferências / abates	182.765,03	786.370,59	969.135,62
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	314.957,15	1.182.946,96	1.497.904,11
Aumentos	0,00	0,00	0,00
Diminuições	-7.770,33	-23.310,35	-31.080,68
Transferências / abates			0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	307.186,82	1.159.636,61	1.466.823,43
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2013		142.767,54	142.767,54
Aumentos	0,00	24.900,00	24.900,00
Diminuições	0,00		0,00
Transferências / abates	0,00	328.501,84	328.501,84
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2014	0,00	496.169,38	496.169,38
Aumentos	0,00	24.434,59	24.434,59
Diminuições	0,00	-13.986,32	-13.986,32
Transferências / abates	0,00		0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2014	0,00	506.617,65	506.617,65
Valor líquido			
A 31 de Dezembro de 2013	314.957,15	686.777,58	1.001.734,73
A 31 de Dezembro de 2014	307.186,82	653.018,96	960.205,78

Adicionalmente divulga-se o valor contabilístico e o justo valor de cada uma destas propriedades de investimento:

Imóvel	Local	2014			2013		
		Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo de avaliação	Valor Líquido Contabilístico	Valor de Avaliação	Tipo de avaliação
Campo Grande	Lisboa	370.137,89	491.000,00	Interna	378.069,42	491.000,00	Externa
Campo Alegre	Porto	553.131,67	499.000,00	Interna	571.638,96	499.000,00	Externa
Júlio Dinis	Porto	33.979,30	94.000,00	Interna	52.026,35	94.000,00	Externa
		957.248,86			1.001.734,73		

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2012 foi determinado por avaliação imobiliária em 31 Dezembro de 2012 por uma entidade especializada independente – American-Appraisal” (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento). Complementarmente, em resultado de todas as avaliações internas preparadas pela empresa e atendendo à inexistência generalizada de grandes obras em 2014, à inexistência de sinistros relevantes e à inexistência de imóveis em zonas de degradação acelerada, é convicção da Administração de que não terá havido alteração significativa ao justo valor dos imóveis em 2014, acreditando serem ainda válidos e atuais os valores da última avaliação externa levada a efeito em finais de 2012.

O detalhe dos custos históricos de aquisição de Propriedades de Investimento reavaliado a data de 31 Dezembro 2014 são como segue:

	Custo histórico	Reavaliação	Valor reavaliado
Terrenos	267.082,32	40.104,50	307.186,82
Eifícios e outras construções	570.077,24	95.971,00	650.062,04
	837.159,56	136.075,50	957.248,86

7 CLIENTES

O detalhe dos Clientes em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, é o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Clientes correntes	119.304,56	45.441,26
Clientes de cobrança duvidosa	4.767,87	4.767,87
	124.072,43	50.209,13
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 19)	-4.767,87	-4.767,87
	119.304,56	45.441,26

O saldo de clientes respeita exclusivamente a valores a receber de clientes correntes por dívidas originadas pelo curso normal da atividade da Empresa. Os montantes apresentados encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade que foram estimadas pela MDS Auto, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A MDS Auto entende que os valores contabilísticos das contas a receber líquidas de perdas de imparidade se aproximam do seu justo valor.

A 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Não vencido		
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	68.344,88	731,58
30 - 90 dias	1.552,41	-257,47
+ 90 dias	49.407,27	44.967,15
Total	<u>119.304,56</u>	<u>45.441,26</u>
Vencido com registo de imparidade		
+ 360 dias	4.767,87	4.767,87
Total	<u>4.767,87</u>	<u>4.767,87</u>
	<u>124.072,43</u>	<u>50.209,13</u>

8 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe de outras contas a receber em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel s/ comissões a receber de seguradoras	49.023,59	180.248,42
Outros	526,79	713,62
Adiantamento a forn. de investimento		
Outros devedores		
Partes relacionadas	178.078,38	
Seguradoras	88.190,27	138.134,86
Outros	41.831,07	46.386,77
	<u>357.650,10</u>	<u>365.483,67</u>

A 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Não vencido	178.078,38	180.248,42
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	77.570,37	133.353,00
30 - 90 dias	69.397,90	22.195,00
+ 90 dias	32.603,45	29.687,25
	<u>357.650,10</u>	<u>365.483,67</u>

9 DIFERIMENTOS

O detalhe da rubrica diferimentos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Valores devedores		
Seguros	5.843,29	7.410,33
Fornecimentos e serviços externos	82,00	
	<u>5.925,29</u>	<u>7.410,33</u>

10 CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital social integralmente subscrito e realizado está representado por 500.000 ações ordinárias ao portador com o valor nominal de 1 euros cada.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o capital subscrito da sociedade era detido pelas seguintes entidades:

Entidade	2014	2013
MDS SGPS, S.A.	50,01%	50,01%
Salvador Caetano SGPS, S.A.	49,99%	49,99%

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Reservas de reavaliação

A empresa procedeu à reavaliação dos seus ativos tangíveis ao abrigo de legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto Lei nº 111/88, de 2 de Abril
- Decreto Lei nº49/91 de 25 de Janeiro
- Decreto Lei nº31/98 de 11 de Fevereiro

De acordo com a legislação vigente estas reservas não são distribuíveis aos acionistas.

As outras reservas correspondem a reservas livres criadas pela empresa, que podem ser distribuídas após a cobertura de prejuízos acumulados..

Os resultados transitados correspondem a resultados de exercícios anteriores.

11 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O montante registado nesta rubrica respeitava às reavaliações legais dos ativos tangíveis da Empresa.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi como se segue:

	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2014	Impostos diferidos passivos 31.Dezembro.2013
Saldo inicial	9.464,00	9.819,00
Efeito em resultados:		
Reavaliações de imobilizado tangível reintegrável	-1.993,00	-355,00
	-1.993,00	-355,00
Efeito em reservas:		
	0,00	0,00
Saldo final	7.471,00	9.464,00

Nas outras Dívidas a Terceiros, a rubrica outros, inclui o valor de 300818,85 euros em 2013 e 251852,07 euros em 2014, respeitante ao valor que a empresa tem de liquidar às seguradoras.

f
M
B
AP.
B

15 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a empresa tinha celebrado, como locatária, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	72.341,02	82.007,00
	<u>72.341,02</u>	<u>82.007,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 72341,02 euros (82007,00 euros em 31 de Dezembro de 2013) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a viaturas e aluguer de equipamento informático.

Em 31 de Dezembro de 2014 a empresa tinha celebrado, como locadora, contrato de locação operacional, cujos recebimentos mínimos de locação se vencem como se segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Vencíveis em:		
renovável automaticamente	18.000,00	18.000,00
	<u>18.000,00</u>	<u>18.000,00</u>

Em 31 de Dezembro foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 18.000 euros relativo a rendas recebidas.

16 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A repartição do valor líquido das prestações de serviços nos exercícios de 2014 e 2013 de acordo com a sua natureza pode ser apresentado como segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Por mercado		
Mercado interno	1.769.270,85	1.850.253,71
Mercado externo	39.478,85	53.853,53
	<u>1.808.749,70</u>	<u>1.904.107,24</u>
Comissões	1.769.270,85	1.850.253,71
Outros	39.478,85	53.853,53
	<u>1.808.749,70</u>	<u>1.904.107,24</u>

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Comissões consideradas Norma regulamentar 15/2009 ISP (Nota 34)	1.849.741	1.674.829
Valor de rappel dotado e não recebido	(132.194)	
Dotação de comissões e reversão de dotação do exercício anterior	50.004	175.425
Outros	1.720	
Total de comissões nacionais	1.769.271	1.850.254

A Rúbrica outros é constituída por e Peritagem de Sinistros no valor de 39.478,85 euros.

17 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Trabalhos especializados	836.666,73	943.418,28
Publicidade e propaganda	14.478,35	10.000,00
Livros e doc.Técnica	58,77	466,00
Comissões	38.870,55	33.936,74
Serviços bancários	756,44	874,13
Conservação e reparação	19.675,96	2.204,46
Material de escritório	2.095,31	3.470,39
Electricidade	3.622,36	3.836,26
Combustíveis	7.935,06	7.318,85
Água	4.915,08	2.976,64
Deslocações e estadas	2.744,16	2.874,12
Rendas e alugueres	84.514,40	93.459,12
Comunicação	29.850,56	30.962,83
Seguros	3.928,96	4.280,37
Contencioso e notariado	455,00	615,55
Despesas de representação	764,01	
Limpeza higiene e conforto	3.350,52	3.803,20
Outros	3.176,99	4.399,19
	1.057.859,21	1.148.896,13

Os trabalhos especializados estão relacionados com serviços de apoio informático e assessoria à área de negócio da empresa.

18 GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de gastos com o pessoal era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Remunerações	378.030,20	362.609,14
Encargos sobre remunerações	88.977,72	86.900,74
Seguros	21.401,51	15.507,18
Benefícios Pós Emprego	0,11	41.376,09
Gastos com acção social	2.996,98	5.638,31
Outros gastos com pessoal	5.076,22	2.017,62
	<u>496.482,74</u>	<u>514.049,08</u>

O número médio de funcionários, em 2014 foi de 15 colaboradores (16 colaboradores em 2013).

19 PROVISÕES E IMPARIDADES

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 foi o seguinte:

PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

<u>Rubricas</u>	<u>01.Janeiro.2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31.Dezembro.2014</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	4.767,87	0,00	0,00	4.767,87
Provisões correntes		0,00		0,00
	<u>4.767,87</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>4.767,87</u>
<u>Rubricas</u>	<u>01.Janeiro.2013</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>-</u>
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 7)	4.767,87	0,00	0,00	4.767,87
Provisões correntes	15.804,41		-15.804,41	0,00
	<u>20.572,28</u>	<u>0,00</u>	<u>-15.804,41</u>	<u>4.767,87</u>

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de outros rendimentos e ganhos era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	4.626,44	2.000,00
Outros	195.553,41	42.676,06
	<u>200.179,85</u>	<u>44.676,06</u>

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe de outros gastos e perdas era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Impostos	41.182,85	35.963,28
Outros	74.608,77	16.047,11
	<u>115.791,62</u>	<u>52.010,39</u>

22 GANHOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 o detalhe dos ganhos e perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Juros suportados	-12,47	-190,31
Outros	-270,60	
	<u>-283,07</u>	<u>-190,31</u>

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Juros obtidos	6.622,74	12.524,94
	<u>6.622,74</u>	<u>12.524,94</u>

23 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos na demonstração de resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 podem ser detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2014</u>	<u>31.Dezembro.2013</u>
Imposto corrente	81.900,49	60.448,79
Imposto diferido (Nota 11)	-1.993,00	-355,00
	<u>79.907,49</u>	<u>60.093,79</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 pode ser analisada como segue:

	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Resultado antes de impostos	316.896,19	215.041,55
Benefícios fiscais	-540,00	-360,00
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas		
Constatação de diferenças entre amortizações económicas e fiscais decorrentes de reavaliações	1.212,16	1.337,53
Provisões e perdas por imparid. de activos não aceites fiscalmente		
Outros	3.763,76	787,96
Lucro tributável	321.332,11	216.807,04
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos		
	321.332,11	216.807,04
Taxa de imposto sobre o rendimento até 12.500 euros	12,50%	12,50%
Taxa de imposto sobre o rendimento	23,00%	25,00%
	73.906,39	54.201,76
Efeito constatação ou reversão de impostos diferidos	-1.993,00	-355,00
Derrama	4.819,98	3.252,11
Tributação autónoma	3.174,12	2.994,92
Imposto sobre o rendimento	79.907,49	60.093,79

24 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Outras partes relacionadas	18.000	18.000	1.255.360	783.843
	18.000	18.000	1.255.360	783.843
	Juros auferidos		Dividendos pagos	
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Accionistas	-	-	300.000	-
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	-	-	300.000	-
	Aquisições imobilizado		Alienações imobilizado	
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Outras partes relacionadas			21.920,00	
			21.920,00	
	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013	31.Dezembro.2014	31.Dezembro.2013
Accionistas	-	-	-	-
Outras partes relacionadas	249.126	10.077	-100.257	-310.336
	249.126	10.077	-100.257	-310.336

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA, à Efanor Investimentos, SGPS, SA e ao Grupo Salvador Caetano Auto, SGPS, SA.

Os membros do Conselho de Administração nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 não tiveram qualquer remuneração, nem foram concedidos empréstimos a Administradores da sociedade.

25 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS**PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS**

(para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, de 30 de Dezembro)

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

Informação incluída na nota 3.2.8 Rébito e Especialização DOS Exercícios.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	2014	2013
Numerário	1.849.740,78	1.674.829,09
Espécie		
TOTAL	1.849.740,78	1.674.829,09

Por tipo	Remunerações (€)	
	2013	2012
Comissões	1.849.740,78	1.674.829,09
Honorários		
Outras Remunerações		
TOTAL	1.849.740,78	1.674.829,09

Adicionalmente, encontra-se efectuada na Nota 16 a desagregação da natureza do rébito da Empresa nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundo de Pensões e conjunto dos ramos " Não Vida" e por origem

Cod.ISP	Por entidade (origem)	Remunerações			
		Ramo Vida		Ramo Não Vida	
		2014	2013	2014	2013
1001	ACOREANA-COMP.ºSEGUROS,SA	13,50	15,50	89.287,37	143.126,48
1010	LIBERTY SEGUROS,SA	798,60	918,27	15.936,61	1.472,11
1011	COMP.SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL,SA	1.646,12	2.422,71	194.451,43	196.905,98
1021	GENERALI VIDA-COMP. SEGUROS, SA	498,70	229,11		
1025	LUSITANIA VIDA, SA	112,68	198,46		
1026	LUSITANIA-COMP. SEGUROS,SA			6.482,85	3.860,75
1028	COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ PORTUGAL	0,00	0,00	6.549,50	2.278,66
1029	REAL VIDA SEGUROS,SA	278,85	152,79		
1037	COMP DE SEGUROS TRANQUILIDADE, SA			1.015.430,40	890.247,08
1039	AXA PORT.COMP.ª SEGUROS VIDA,SA	110,34	297,17		
1043	GENERALI COMP.ª SEGUROS,SA			84.434,84	77.359,83
1085	AIG Europe Limited			1.318,71	1.574,54
1096	VITORIA SEGUROS VIDA,SA	96,96	68,52		
1097	GROUPAMA SEGUROS,SA			1.081,64	1.296,87
1098	GROUPAMA SEGUROS VIDA,SA	1.575,16	3.888,22		
1102	MAPFRE ASISTENCIA CÍA INTER SEG E R			58,04	110,02
1129	AXA PORT.COMP.ª SEGUROS,SA			2.450,45	3.115,97
1145	MAPFRE-SEGUROS GERAIS,SA			373.858,16	282.884,58
1151	EUROVIDA-COMP.SEGUROS VIDA,S.A.	258,23	55,57		
1160	VITORIA SEGUROS,SA			1.488,31	2.545,93
1165	TRANQUILIDADE VIDA	43.028,58	19.433,55		
1166	HISCOX INS. COMP. LIMITED-SUCURSAL			150,99	146,82
1182	APRIL PORTUGAL S A				
1184	ZURICH-COMPANHIA SEGUROS,S.A.			6.852,52	18.044,44
1186	MAPFRE-SEGUROS VIDA,SA	187,11	217,76		
1188	METLIFE	1.088,05	1.569,30	238,28	238,28
1023	OCIDENTAL,SA			1,86	
	Outros sem código de mediação	605,87	214,54	-919,80	19.941,35
	TOTAL	50.298,75	29.681,47	1.799.152,16	1.645.149,69

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Cod.ISP	Por entidade (origem)	Remunerações %	
		2014	2013
1037	COMP DE SEGUROS TRANQUILIDADE, SA	54,9%	53,2%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes" €	
	2014	2013
Início exercício	623.990,47	500.074,59
Final do exercício (Nota 4)	769.833,86	623.990,47
Volume movimento do exercício		
A débito	8.637.382,31	7.702.293,58
A crédito	8.491.538,92	7.578.377,70

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2014	2013	2014	2013
Tomadores de Seguros, segurados ou beneficiários		3.204,02		3.564,24
Empresas de seguros	88.190,27	138.134,86	224.062,08	300.818,35
Outros mediadores	-,00	-,00	-,00	-,00
TOTAL	88.190,27	141.338,88	224.062,08	304.382,59

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final de exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	2014	2013	2014	2013
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	88.190,27	138.134,86	224.062,08	300.818,35
Outras quantias		3.204,02		3.564
TOTAL	88.190,27	141.338,88	224.062,08	304.382,35

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício).

Informação divulgada nota 8.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Contas "clientes"	Valor	
	2014	2013
Garantias (caução)	-,00	-,00

j) Transmissão de carteiras de seguros

Não aplicável

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não aplicável

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não aplicável

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Cod. ISP	Empresas de seguros	Remunerações			
		Ramo Vida / Não Vida/ Fundos de Pensões			
		€		%	
		2014	2013	2014	2013
1011	COMP DE SEGUROS TRANQUILIDADE, SA	1.015.430,40	890.247,08	54,9%	53,2%
1085	MAPFRE-SEGUROS GERAIS, SA	373.858,16	282.884,58	20,2%	16,9%
1028	COMP. SEGUROS FIDELIDADE MUNDIAL, SA	196.097,55	199.328,69	10,6%	11,9%
4378	ACOREANA-COMP P SEGUROS, SA	89.300,87	143.141,98	4,8%	8,5%

Art 66ª –A DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 os honorários do revisor Oficial de Contas encontram-se descritos nas demonstrações financeiras e totalizam 7500,00 euros.

26 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

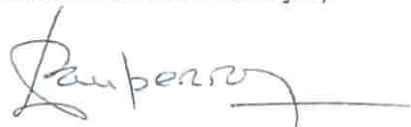
As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 6 de Maio 2015, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas.

O Técnico oficial de Contas,



(Maria de Lurdes Matos)

O Conselho de Administração,



(Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério)



(José Reis Silva Ramos)



(José Manuel Queirós Dias da Fonseca)



(Miguel Pedro Caetano Ramos)



(Ricardo Botelho Barbosa Pinto dos Santos)



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077*

HM

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

6 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C.

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 2.521.217 euros e um total de capital próprio de 1.864.696 euros, incluindo um resultado líquido de 236.989 euros), a Demonstração dos resultados, por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 Exceto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

Reservas

7 Em 31 de dezembro de 2013, as demonstrações financeiras da empresa evidenciavam contas a receber com antiguidade e não ajustadas no montante de, aproximadamente, 44 milhares de euros, relativamente às quais se encontravam em curso ações internas de análise da respetiva recuperação e reclamação das mesmas junto dos respetivos devedores. Por esse motivo, não se encontravam reunidas todas as condições que nos permitissem concluir, àquela data, sobre a realização integral daqueles montantes. Em 31 de dezembro de 2014, a situação em questão mantém-se, pelo que não estamos em posição de concluir quanto aos efeitos nas demonstrações financeiras da Sociedade em consequência desta questão.

8 Em 2013, as avaliações das propriedades de investimento evidenciaram a existência de imparidades não registadas no valor de cerca de 73 milhares de euros. Em 2014, da análise efetuada a avaliações e testes de imparidade sobre propriedades de investimento, verificou-se a existência de imparidades por registar no valor de cerca de 57 milhares euros. Deste modo, a rubrica de propriedades de investimento encontra-se sobreavaliada em cerca de 57 milhares euros, os resultados transitados sobreavaliados em 73 milhares de euros e o resultado do período subavaliado em cerca de 16 milhares de euros.

Opinião

9 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação referida no parágrafo nº 7 acima e exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da MDS Auto – Mediação de Seguros, S.A, em 31 Dezembro 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

MM

Ênfase

11 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 9 acima, chamamos a atenção para o facto de que a Certificação Legal das Contas relativa ao exercício de 2013, com data de 20 de junho de 2014, incluía uma reserva pelo facto de não terem sido obtidas confirmações dos saldos com companhias de seguros. A referida reserva não se aplica às demonstrações financeiras do exercício de 2014.

6 de maio de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:


José Miguel Dantas Maio Marques, R.O.C